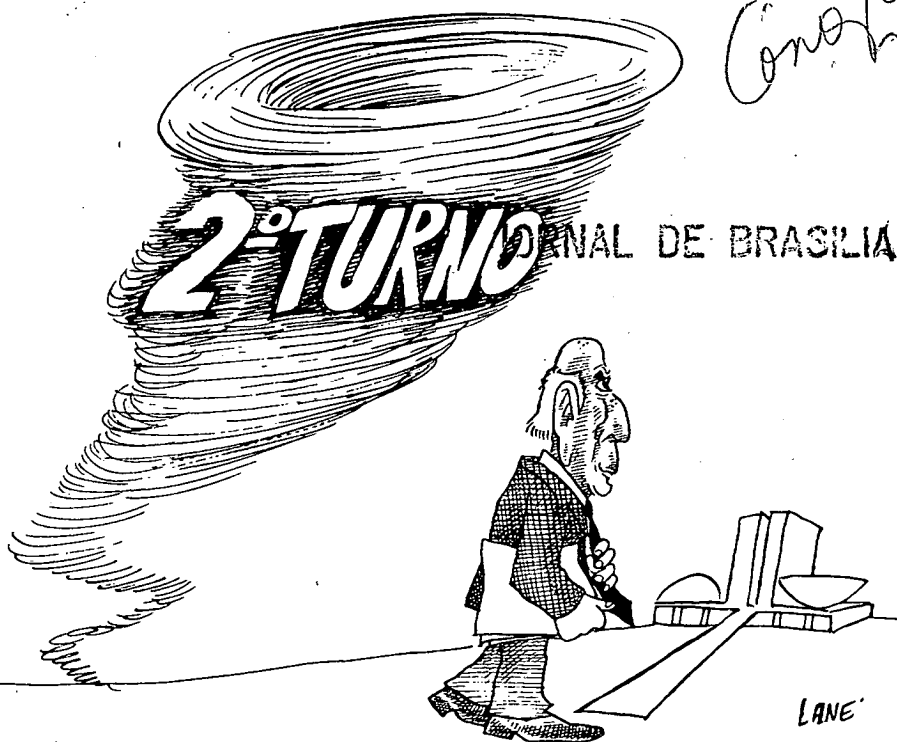


3 JUL 1988

LANE

Congresso Nacional



Editorial

Ao apito do trem

p. 2

Assinatura

A nova Constituição confere ao Legislativo prerrogativas até de autocobertura para atos antes reclamados como passíveis de abusos pelo Executivo. Mas por seu poder representativo pluralizado, assume o tácito compromisso do máximo zelo ético, que caracterize o princípio austero e arrede o implícito de legislar em causa própria.

Já está em seu artigo «49» o encargo de «fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração direta». Quer dizer, o Executivo federal se lhe submete a severo controle até paralelo ao Tribunal de Contas da União.

Entretanto, o bom exemplo parece não estar saindo de casa. Sem se falar nos muitos excessos de empreguismo outora transportados dos estados e municípios para o Senado e a Câmara dos Deputados — num estímulo às Assembléias Legislativas e às câmaras dos vereadores —, a presente legislatura engata mais carros no trem da alegria que puxa enorme com-

boio fora dos trilhos. O Jornal de Brasília revelou, domingo, um retrato da situação, da qual se infere comportar-se o Legislativo indiferentemente ao sacrifício econômico da Nação, inclusive no abate do déficit público.

No Senado, para 72 parlamentares, existem 5.400 funcionários, ou 75 para cada; e, na Câmara, são 5.179, ou 10,6 para cada um dos 487 deputados. O número implica remuneração com vantagens de privilégios, face aos salários de mercado. E, ainda, configura um aspecto algo conflitante com o espírito das leis, quando as Casas que as fazem consentem situações de fato para, após, regularizá-las, tornando-as de direito. A manobra se repete, periódica e lamentavelmente.

Ora, propôs-se ao povo que seus representantes no Legislativo mudariam as coisas. Saneariam erros. Construiriam nova ordem política, econômica e social. Ansioso por um regime igualitário de direitos, a fim de que o cidadão pudesse distinguir seus deveres, o País

acionou a sua arma legítima, a do voto.

A súbita porém transitória concentração de poderes numa Constituinte estendeu atributos de arbítrio ao Congresso, em função simultânea e exercida pelos mesmos mandatários. Trata-se de uma circunstância aceitável, desde que aplique rigor na compostura sob normas subjetivas, de maneira a produzir atos objetivos e convincentes da marcha para a democracia.

Respeitável em seu desempenho histórico e institucional, o Legislativo contrai indeclinável dever de liderar o processo moralizador da Nação. É por seu espelho que tudo se reflete. A permitir o tráfego dos trens da alegria, na escala dos mandatos, acabará congestionando-se a ponto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ter de ser criada para preavalcimento da sensatez e da honorabilidade dos que, lá dentro, também sofrem, com o povo desconsiderado, o custo dos apitos de uma locomotiva, cuja caldeira recebe mais lenha em cada estação.